



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA (Consolidado após IRP 19/2019)

SRP 042/2019 – AQUISIÇÃO DE ITENS DE REFRIGERAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DA UFVJM.

CLASSIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: CONSUMO

TIPO DE LICITAÇÃO: () TRADICIONAL (X) REGISTRO DE PREÇOS

1 DO OBJETO

1.1 Aquisição de itens de refrigeração para manutenção de equipamentos da UFVJM, conforme condições, exigências e quantidades descritas neste Termo de Referência. A aquisição será através do Sistema de Registro de Preços, com observância ao disposto na Lei 10.520/02, Decretos 10.024/19, 3.555/00, 3.784/01, 7.174/10, 7.892/13, 8.250/14, demais legislações pertinentes aplicáveis à Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri:

ITEM	CATMAT	DESCRICAÇÃO	UNIDADE	Quantidade Órgão Gerenciador (UASG 153036)	Quantidade Órgão Participante (UASG 158673)	QTD total	QTD mínima de entrega	VL. UNIT.
1	425318	FILTRO REFIL 446 DE BEBEDOURO INDUSTRIAL DE 200 LITROS ADQUIRIDO ANTERIORMENTE PELA UFVJM.	UNIDADE	40	20	60	10	R\$ 104,96
2	380066	FILTRO REFIL 888 DE BEBEDOURO INDUSTRIAL DE 200 LITROS ADQUIRIDO ANTERIORMENTE PELA UFVJM	UNIDADE	20	20	40	5	R\$ 86,69
3	150180	FILTRO SECADOR DE SILICA COM RABICHO DE 90MM	UNIDADE	40	15	55	6	R\$ 6,77



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

4	320983	FITA ADESIVA, MATERIAL: POLIURETANO, TIPO: DUPLA FACE, LARGURA: 12 MM, COMPRIMENTO: 3 M, APLICAÇÃO: MULTIUSO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ESPONJOSA	UNIDADE	4	1	5	1	R\$ 18,43
5	314668	FLUXO SOLDA FOSCO PER 100 GRAMAS, ASPECTO FÍSICO: PASTOSO, APLICAÇÃO: SOLDA PRATA, PRAZO VALIDADE: 12 MESES	UNIDADE	20	3	23	5	R\$ 10,89
6	289396	GÁS REFRIGERANTE R134A PARA AR CONDICIONADO, BEBEDOURO E GELADEIRA ADQUIRIDOS ANTERIORMENTE PELA UFVJM, BOTIJÃO CONTENDO 13,6 KG.	BOTIJÃO	2	1	3	1	R\$ 453,47
7	232267	GÁS REFRIGERANTE R22 PARA AR CONDICIONADO, BEBEDOURO E GELADEIRA ADQUIRIDOS ANTERIORMENTE PELA UFVJM, BOTIJÃO CONTENDO 13,6 KG.	BOTIJÃO	2	1	3	1	R\$ 483,81
8	377652	GÁS REFRIGERANTE R401A PARA AR CONDICIONADO, BEBEDOURO E GELADEIRA ADQUIRIDOS ANTERIORMENTE PELA UFVJM, BOTIJÃO CONTENDO 13,6 KG.	BOTIJÃO	2	1	3	1	R\$ 578,12
9	399615	GÁS REFRIGERANTE R410A PARA AR CONDICIONADO, BEBEDOURO E GELADEIRA ADQUIRIDOS ANTERIORMENTE PELA UFVJM, BOTIJÃO CONTENDO 13,6 KG.	BOTIJÃO	2	1	3	1	R\$ 551,16



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

10	402873	REFIL, MATERIAL: CARVÃO ATIVADO PARA BEBEDOURO DE PRESSÃO COM VASÃO DE 20 LITROS.	UNIDADE	50	20	70	15	R\$ 28,04
11	441168	SUPORTE APARELHO AR CONDICIONADO, MATERIAL: METAL, FORMATO: CAIXA RETANGULAR, APLICAÇÃO: FIXAÇÃO, INSTALAÇÃO APARELHO AR CONDICIONADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PARA APARELHO SPLIT 12000 A 30000 BTUS.	UNIDADE	15	10	25	8	R\$ 40,79
12	441168	SUPORTE APARELHO AR CONDICIONADO, MATERIAL: METAL, FORMATO: CAIXA RETANGULAR, APLICAÇÃO: FIXAÇÃO, INSTALAÇÃO APARELHO AR CONDICIONADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PARA APARELHO SPLIT 5000 A 12000 BTUS	UNIDADE	5	2	7	3	R\$ 28,72
13	255942	TORNEIRA, MATERIAL CORPO: METAL COM ROSCA, TIPO: JATO, COM PROTETOR DE BOCA, APLICAÇÃO: BEBEDOURO ELÉTRICO, TRATAMENTO SUPERFICIAL: CROMADO, COMPRIMENTO: 5 CM	UNIDADE	30	20	50	10	R\$ 23,06
14	255942	TORNEIRA, MATERIAL CORPO: METAL COM ROSCA, TIPO: TORNEIRA, DIÂMETRO: 1,2 POL, APLICAÇÃO: BEBEDOURO ELÉTRICO, TRATAMENTO SUPERFICIAL: CROMADO	UNIDADE	30	20	50	8	R\$ 55,36



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

15	255943	TORNEIRA, MATERIAL CORPO: METAL, TIPO: "U" INVERTIDO, PARA COPO, APLICAÇÃO: BEBEDOURO ELÉTRICO, TRATAMENTO SUPERFICIAL: CROMADO COM ROSCA, COMPRIMENTO: 17 CM	UNIDADE	30	20	50	10	R\$ 25,11
16	255942	TORNEIRA, MATERIAL CORPO: METAL, TIPO: JATO, PARA BOCA, DIÂMETRO: 1,2 POL, APLICAÇÃO: BEBEDOURO ELÉTRICO, TRATAMENTO SUPERFICIAL: CROMADO, COMPRIMENTO: 13 CM	UNIDADE	30	20	50	10	R\$ 41,32
17	285306	TUBO COBRE, TIPO: CAPILAR, APLICAÇÃO: REFRIGERAÇÃO, DIÂMETRO NOMINAL: 0,64 MM, COMPRIMENTO: 3 M	UNIDADE	30	5	35	5	R\$ 15,14
18	75450	TUBO DE COBRE 3/16 POLEGADAS COM 15 METROS DE COMPRIMENTO	UNIDADE	5	2	7	1	R\$ 78,74
19	75450	TUBO DE COBRE 3/4 POLEGADAS COM 15 METROS DE COMPRIMENTO.	UNIDADE	5	2	7	1	R\$ 343,28
20	75450	TUBO DE COBRE 5/16 POLEGADAS COM 15 METROS DE COMPRIMENTO.	UNIDADE	5	2	7	1	R\$ 173,08
21	399908	TUBO ESPONJOSO 1/2 POLEGADAS DE 02 METROS DE COMPRIMENTO	UNIDADE	60	15	75	15	R\$ 3,24
22	399909	TUBO ESPONJOSO 1/4 POLEGADAS DE 02 METROS DE COMPRIMENTO.	UNIDADE	60	15	75	15	R\$ 2,32



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

23	428159	TUBO ESPONJOSO 3/8 POLEGADAS DE 02 METROS DE COMPRIMENTO	UNIDADE	60	15	75	15	R\$ 2,68
24	265512	VálVULA SCHRADER ¼ POLEGADAS VálVULA, MATERIAL: LATÃO, TIPO: SCHRADER, BITOLA: 1,4 POL, TIPO ROSCA: NPT, TIPO FIXAÇÃO: ROSCÁVEL (2 LADOS)	UNIDADE	50	15	65	15	R\$ 4,10
25	446593	CHUMBADOR ESPECIAL COM PRISIONEIRO, MATERIAL: AÇO ZINCADO, TIPO: PARABOLT, DIÂMETRO ROSCA: 5/16 POL, COMPRIMENTO PINO: 2/1,4 POL, APLICAÇÃO: SISTEMA DE SEGURANÇA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM PORCA, ARRUELA, COMPRIMENTO ROSCA: 75 MM.	UNIDADE	80	20	100	15	R\$ 3,64

1.2 Os termos da aplicabilidade do Decreto n. 8.538, de 2015 serão definidos no edital do certame.

1.3 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) da data de assinatura da Ata de Registro de Preços na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93, improrrogáveis nos termos do art. 12 do Decreto nº 7.892/13.

2 DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1 A aquisição dos materiais listados neste Termo de Referência é essencial para a manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de ventilação/refrigeração e condicionamento de ar desta instituição, a fim de manter os referidos aparelhos em perfeitas condições de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

funcionamento e conservação, objetivando conservar o bem público, e considerando ainda, a preocupação com a saúde, a segurança, o bem-estar e o conforto dos ocupantes nos ambientes de trabalho.

A qualidade do ar é diretamente afetada pelo estado de conservação dos equipamentos do sistema de climatização, portanto, uma manutenção preventiva deve ser planejada e procedida por pessoas qualificadas. A manutenção preventiva além de ser uma necessidade indispensável ao equipamento é, também, uma exigência normativa de caráter obrigatório. Cumpre destacar que o Ministério da Saúde através da Portaria nº 3.523/98, com orientação técnica dada pela Resolução RE nº 9, de 16/01/2003, da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, estabelece as condições mínimas a serem obedecidas em prédios com sistemas de refrigeração artificial, determinando critérios rígidos de manutenção, operação e controle, impondo obrigatoriedade de atendimento aos proprietários e administradores de prédios públicos, sob pena prevista na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que vai desde advertência à interdição total do edifício, sem prejuízo de outras penalidades previstas em legislação específica.

É imprescindível a manutenção de aparelhos condicionadores de ar, com o intuito de manter a qualidade do ar, pois além de atender às exigências legais, proporciona o bem-estar dos colaboradores que trabalham diariamente no edifício.

Com relação aos bebedouros, não há norma federal que estabeleça periodicidade de limpeza e higienização ou sequer que obrigue a limpeza dos mesmos. Entretanto, como a obrigação de garantir água potável prevista na Norma Regulamentadora NR 24 - Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho, a saber:

24.9.1 Em todos os locais de trabalho deverá ser fornecida aos trabalhadores água potável, sendo proibido o uso de copos coletivos.

24.9.1.1 O fornecimento de água deve ser feito por meio de bebedouros na proporção de, no mínimo, 1 (um) para cada grupo de 50 (cinquenta) trabalhadores ou fração, ou outro sistema que ofereça as mesmas condições.

A higienização de reservatórios e manutenção dos equipamentos para melhoria da qualidade da água (como os bebedouros) é um processo importante para manutenção dos padrões de potabilidade da água.

Cabe a instituição estabelecer rotinas de manutenção de cada bebedouro ou outro aparelho para garantia de qualidade de água utilizado, do contrário, a água a ser consumida estará mais suscetível a contaminação por microrganismos depositados nos equipamentos à medida em que vão sendo expostos a poeiras e sujidades dos processos produtivos ou dos próprios ambientes.

2.2. DA NECESSIDADE

2.2.1. Atualmente a UFVJM possui 225 bebedouros, 377 condicionadores de ar e 344 geladeiras, bem como demais equipamentos correlatos de refrigeração.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

A aquisição deste material é essencial para a manutenção dos equipamentos de refrigeração que corroboram não só na manutenção e conservação de alimentos e melhoria na qualidade do ambiente bem como são fundamentais no andamento de atividades da Universidade em laboratórios de pesquisas, salas de aulas, assim como evitar riscos à saúde das pessoas que utilizam o ambiente; reduzir o desgaste dos equipamentos; reduzir a probabilidade de falhas nos equipamentos mantendo o funcionamento dos mesmos; aumento na vida útil dos equipamentos; reduzir os custos de energia elétrica; aumentar o bem-estar e conforto daqueles que utilizam os equipamentos; aumentar a disponibilidade dos equipamentos.

2.3 DO QUANTITATIVO

2.3.1 A quantidade a ser adquirida consta na tabela acima com a descrição dos itens bem como com a quantidade total a ser licitada e a mínima sugerida para a entrega que será parcelada.

Sendo que para o levantamento desta quantidade considerou-se a quantidade de equipamentos de refrigeração existentes na instituição, a relação aproximada de pedidos de manutenções realizadas para estes equipamentos, como também o tipo de manutenção que o profissional da área comumente realiza, chegando desta forma, a uma previsão média de materiais necessários ao longo de 12 meses para mantê-los em condições de uso com as devidas trocas e manutenções necessárias.

2.4 DA ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.4.1 O procedimento licitatório será através do Sistema de Registro de Preços, tendo em vista a necessidade de contratações frequentes, bem como, por ser mais conveniente para Administração que as aquisições ocorram de forma parcelada, de acordo com a disponibilidade do recurso financeiro.

2.4.2 Nestes termos, este processo enquadra-se nas hipóteses dos incisos I e IV do Decreto 7892 de 23/01/2013, a saber:

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. (BRASIL 2013).

2.4.3 Com o Sistema de Registro de Preços, as aquisições tornar-se-ão mais ágeis, pois a licitação estará finalizada, as condições de fornecimento estabelecidas, os preços e os respectivos contratos definidos e o material será requisitado de acordo com a demanda.

2.5 DA UTILIZAÇÃO DA NOTA DE EMPENHO

2.5.1 Devido às características da contratação e com base no caput do Art. 62 da Lei 8.666/93 o instrumento a ser utilizado para formalização desta aquisição será a nota de empenho de despesa, por não resultar em obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

2.6 DA AVALIAÇÃO DO CUSTO

2.6.1 O custo estimado foi apurado a partir da realização de pesquisas de preços pelo requisitante conforme planilha de preço médio, constante do processo administrativo, com base na utilização dos parâmetros dispostos na IN MPDG 05/2014 e suas alterações:

- I – Painel de Preços - <http://paineldeprecos.planejamento.gov.br/>;
- II - contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços;
- III - pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso; ou
- IV - pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias.

3 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS E ENQUADRAMENTO LEGAL

3.1 Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 10.024, de 2019, considerando que, notadamente, possuem padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos, com base em especificações usuais no mercado.

4 ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1 O prazo de entrega dos materiais se efetuará em até 30 (trinta) dias corridos para produtos nacionais e no máximo 60 dias corridos para produtos importados, a partir do envio da Nota de Empenho ao Licitante, via e-mail.

4.2 A entrega dos itens constante da nota de empenho deverá ser realizada em remessa parcelada, no(s) seguinte(s) endereço(s):



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

4.2.1 Órgão Gerenciador (UASG 153036):

a) Campus JK, Divisão de Almoxarifado, BR 367, KM 583, nº 5000, Alto da Jacuba, Diamantina (MG), CEP 39100-000, das 8h às 11h30 e das 13h às 16h30 horas, em dias úteis.

4.2.2 Órgão participante: UASG 158673

a) Campus do Mucuri, Rua do Cruzeiro, nº 01, Jardim São Paulo, Teófilo Otoni (MG) CEP 39803-371, das 8h às 11h30 e das 13h às 16h30 horas, em dias úteis.

4.3 O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) da validade total, recomendada pelo fabricante, a partir da sua data de fabricação.

4.4 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo 30 (trinta) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.5 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.6 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado ou outro instrumento legal.

4.7 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.8 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 São obrigações da Contratante:

5.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

5.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.2, responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

7 DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida subcontratação do objeto licitatório.

8 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9 CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1 O recebimento de material de valor superior ao limite estabelecido no § art. 23 da Lei 8.666/93, para a modalidade de convite, será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros designados pela autoridade competente.

9.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3 O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10 DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

10.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

10.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11 DO REAJUSTE

11.1 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de execução do futuro contrato.

12 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

12.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

12.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.1.3 fraudar na execução do contrato;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

12.1.4 comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 cometer fraude fiscal;

12.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.2.1 advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.2.2 multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

12.2.3 multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.2.4 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

12.2.5 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

12.2.6 impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

12.2.6.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 12.1 deste Termo de Referência.

12.2.7 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.3 As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.2.2, 12.2.3 e 12.2.4 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

12.4 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

12.4.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.4.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

12.4.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.7 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Diamantina, 25 de 11 de 2019.

Leonardo Boaventura
Administrador

Divisão de Manutenção/UFVJM
Siape: 2156336

Leonardo da Silva Boaventura
SIAPE 2156336

Alessandro de Oliveira Alves
Eng. Civil - CREA-MG 107.372

Aprovo, em 25 de 11 de 2019.

Gilmar Vieira
Diretor de Infraestrutura/UFVJM
Siape: 2550288

Gilmar Vieira
Dir. Infraestrutura / UFVJM
Siape 2550288

